

24/11/2004 José Cruz



16/11/2004 Moreira Matiz

DECISÕES Comissão de Justiça (E) poderá concluir o exame do relatório de Rodolpho Tourinho, enquanto a Comissão de Orçamento dará mais um passo rumo à votação da proposta orçamentária

Senado deve votar medidas provisórias e projeto das PPPs

Pauta da semana prevê também o exame, na Comissão Mista de Orçamento, dos destaques apresentados ao relatório do senador Romero Jucá sobre a proposta orçamentária para o próximo ano

Página 3

"Menos MPs", o pedido de Alvaro Dias ao presidente

Mais de dois terços das medidas provisórias editadas pelo presidente Lula, segundo o senador Alvaro Dias, não preenchem os requisitos de urgência e relevância.

Página 5

Lobão anuncia investimento chinês em São Luís

O grupo chinês Baosteel e a Companhia Vale do Rio Doce devem se associar na implantação de uma usina siderúrgica em São Luís. O anúncio foi feito pelo senador Edison Lobão.

Página 7

Genildo Maggela



PAQUISTÃO A luta contra o terrorismo e o desejo de que se intensifiquem as relações comerciais do Brasil com o Paquistão foram tema da conversa entre o presidente do Senado, José Sarney, e o presidente Pervez Musharraf. Recebido ontem no Congresso Nacional, Musharraf externou o privilégio que sentia em ser o primeiro chefe de Estado paquistanês a visitar a América Latina e elogiou o propósito do governo brasileiro de acabar com a fome e a pobreza.

Página 8

Meirelles expõe no Senado resultados da política econômica

A política econômica estará em debate hoje, a partir das 10h. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, falará a comissões do Senado e da Câmara dos Deputados.

Página 5

Jonas quer ações para preservar o agronegócio

Responsável por sucessivos superávits na balança comercial, o agronegócio começa a passar por turbulências. A advertência é de Jonas Pinheiro, que cobra apoio à atividade.

Página 6



MOVIMENTO Papaléo observa que 670 mil passageiros por ano poderão passar por Macapá

Papaléo destaca ampliação de aeroporto

Ao registrar que na sexta-feira passada (26) ocorreu a assinatura da ordem de serviço para o início da construção do novo aeroporto internacional de Macapá (AP), o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) lembrou que a realização dessa obra é reivindicada há dez anos no estado. Ele informou que o aeroporto vai elevar a capacidade atual de 170 mil passageiros para 670 mil pessoas por ano.

– O aeroporto é uma conquista de todos, mas particularmente dos nossos parlamentares, que nunca deixaram de reivindicar essa obra. Há dez anos, quando eu era prefeito de Macapá, houve uma articulação política muito forte comandada pelo senador José Sarney, quando conseguimos integrar a prefeitura com a Infraero e o governo do estado – afirmou Papaléo.

Segundo o senador, o projeto é uma readequação do aeroporto de Palmas (TO). A expectativa é de que a obra seja iniciada em fevereiro de 2005 e concluída em 2007. Está previsto um investimento total de R\$ 130 milhões, sendo R\$ 113 milhões da Infraero e R\$ 17 milhões do governo do estado, informou.

Agenda

Ajuda ao Paraguai tranca a pauta

Uma medida provisória tranca a pauta de votações do Plenário, que tem sessão marcada para as 14h30 de hoje. O texto (MP 204/04) autoriza o governo brasileiro a fornecer

ajuda humanitária às vítimas de um incêndio ocorrido no Paraguai. Às 19h, o Congresso realiza sessão conjunta para votar projetos de créditos suplementares.



Delegação russa visita a CAE

Seis integrantes do Comitê de Mercados Financeiros e Circulação Monetária da Rússia visitarão a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) hoje, a partir das 9h30. Após a visita, o colegiado avaliará duas solicitações

de empréstimos. O primeiro, no valor de até US\$ 30 milhões, atenderá o governo do Maranhão e o segundo, de US\$ 24,075 milhões, a prefeitura municipal de Betim (MG).



Comissões ouvem presidente do BC

As Comissões de Fiscalização e Controle (CFC), de Assuntos Econômicos (CAE) e Mista de Orçamento (CMO) realizam reunião conjunta hoje, às 11h, para ouvir o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Ele vai falar sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial durante o primeiro semestre deste ano. Às 15h, a CMO reúne-se novamente para votar requerimentos, avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) e projetos de créditos suplementares.

Liquidação do Banco Nacional em debate

A Subcomissão da Liquidação de Instituições Financeiras realizará audiência pública hoje, às 14h, para discutir o processo de liquidação do Banco Nacional. A reunião contará

com a participação do ex-presidente do Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto, do liquidante da instituição, Reginaldo Brandt Silva, e do ex-liquidante, Abdiel Andriolo de Andrade.



Ensino fundamental em discussão na CE

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, às 11h, para discutir a proposta que torna obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade, antecipando em um ano o ingresso à escola (PLS 236/01); e projeto que define em 16 anos a idade máxima para a não recomendação de espetáculos e diversões (PLS 47/04).

Emendas de comissões

Três comissões realizam reunião hoje com o objetivo de discutir e votar suas emendas ao Orçamento da União para o exercício do próximo ano: às 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Comissão de Legislação Participativa (CLP); às 11h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

TV Senado

Hoje, às 19h30, no programa *Cidadania*, debate sobre a restauração de obras cinematográficas, com o cineasta Vladimir Carvalho e a presidente do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro, Myrna Brandão; às 20h30, desenvolvimento urbano, com o ministro das Cidades, Olívio Dutra.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



REAJUSTE Paim afirma que existe espaço para salário mínimo ultrapassar os R\$ 290 em 2005

Paim faz apelo à Câmara para votar PEC paralela

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem que a Câmara vote de imediato a PEC paralela, conforme acordo firmado entre todos os partidos políticos do Congresso, com aval do Executivo, no ano passado.

– Espero que o espírito de Natal contamine os deputados e os faça votar, de maneira definitiva, essa proposta – afirmou o senador.

Paim explicou que a PEC paralela, que atenua alguns dispositivos da reforma previdenciária, interessa a milhões de brasileiros porque garante a paridade entre os servidores públicos da ativa e os aposentados, cria regras de transição para servidores que estão prestes a se aposentar e melhora o tratamento dado aos aposentados por invalidez.

Ele advertiu que, caso o acordo não seja cumprido, ficará difícil negociar outros compromissos no Congresso e o próprio governo estará enfraquecido em sua capacidade de dialogar com as lideranças partidárias.

Paim contestou também iniciativa da Comissão Mista de Orçamento de fixar o valor do salário mínimo, para vigorar a partir de 1º de maio próximo, em R\$ 283. Segundo ele, somente as condições já asseguradas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aumentariam o mínimo para R\$ 294,20. Paim afirmou que espera ver ultrapassada a barreira dos R\$ 300.

O senador anunciou ainda que, em 3 de dezembro, será lançado em Gravataí (RS) o projeto Cantando as Diferenças, que pretende marcar o dia internacional de luta das pessoas com deficiência. Paim disse que lhe agrada cantar as diferenças da cidadania, pois ele sempre acompanhou a luta desses segmentos para serem incluídos na sociedade e no Estado.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

CAE analisa empréstimos junto ao Banco Mundial

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, a partir das 9h30, sessão extraordinária para analisar mensagens do Executivo que tratam de empréstimos externos. A primeira, no valor de US\$ 30 milhões, é destinada ao financiamento parcial do segundo projeto de combate à pobreza rural do estado do Maranhão. A segunda, no valor de US\$ 24,075 milhões, é para atender a financiamento, também parcial, do projeto de revitalização urbana e recuperação ambiental da bacia do Rio Betim (MG). Ambos os empréstimos serão contratados, caso aprovados, junto ao Banco Mundial.

Consta também da pauta emenda do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que destina, no mínimo, 5% dos recursos para investimentos, alocados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a formação do Fundo de Assistência Financeira aos Microempreendedores. Simon defende, no projeto original (PLS 505/03), recursos da ordem de 30%.

Antes de a CAE examinar essas matérias, recebe delegação russa vinculada ao comitê de mercados financeiros e circulação monetária, do Conselho da Federação Russa.

Banco Nacional

Às 14h, a Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, que funciona no âmbito da CAE, realiza audiência para ouvir o ex-presidente do Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto. O requerimento é do senador Edison Lobão (PFL-MA). Também deve participar da reunião o liquidante do Banco Nacional, Reginaldo Brandt Silva.



INCENTIVOS Colegiado também examina proposta de Pedro Simon para assistência a microempresas



AGENDA Se a pauta for desobstruída, senadores podem deliberar sobre propostas de emenda à Constituição

Plenário examina MP que autoriza ajuda ao Paraguai

Também tranca a pauta projeto de conversão que prevê subsídio a créditos ao Centro-Oeste

A autorização para o governo brasileiro conceder ajuda humanitária ao Paraguai com o objetivo de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido em Assunção, em agosto deste ano, é o primeiro item para deliberação do Plenário do Senado na sessão de hoje, às 14h30. O apoio refere-se ao envio de medicamentos, incluindo soros e analgésicos, e de equipamentos como respiradores.

A questão está contempla-

da na medida provisória (MP 204/04) que tranca a pauta de votações. Na mesma situação encontra-se o projeto de lei de conversão (PLV 52/04) que autoriza o Tesouro Nacional a subsidiar as taxas de juros em operações de crédito do Banco do Brasil no Centro-Oeste, a serem contratadas até junho do próximo ano. A subvenção só vale para empréstimos cobertos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Votadas essas matérias, os senadores poderão deliberar sobre os demais itens, que incluem as propostas de emenda à Constituição (PECs) para votação em primeiro turno. Entre elas está a que determina o

comparecimento do presidente da República ao Congresso, na abertura da sessão legislativa, para informar aos parlamentares o seu plano de governo (PEC 64/99); a que prorroga a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) até 2016 (PEC 29/02); e a que institui o Plano Nacional de Cultura (PEC 57/03).

Também estão em fase de discussão outras PECs, como a que torna obrigatório o cumprimento do Orçamento aprovado pelo Congresso (PEC 22/00) e a que estabelece normas para o exercício das atividades das agências reguladoras (PEC 81/03).

Comissão de Justiça deve concluir votação das PPPs

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve concluir amanhã a votação do Projeto de Lei da Câmara 10/04, que cria normas para a contratação de parcerias público-privadas (PPPs). Com o parecer da comissão, a proposta será apreciada pelo Plenário, antes de regressar à Câmara, onde serão analisadas as alterações promovidas pelos senadores.

Na última quarta-feira, foi apresentado à comissão voto do relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Ele sugeriu mudanças para permitir, entre outras inovações, que relatórios de desempenho das parcerias – a serem enviados ao Congresso e ao Tribunal de Contas da União (TCU) – sejam

divulgados pela Internet.

Tourinho incluiu ainda emenda de sua autoria que permite a classificação para a fase de leilão, nos casos em que o edital estabelecer lances em viva-voz, apenas dos concorrentes cuja proposta escrita for no máximo 20% maior que o valor da melhor proposta. Com isso, explicou, ele pretende vedar a possibilidade de classificação de “concorrente irresponsável” que, sem capacidade técnica, poderia oferecer o menor lance e se tornar o vencedor.

Por meio de outra emenda, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o relator definiu no projeto que, nos casos de arbitragem, a resolução de conflitos será realizada no



CONTRIBUIÇÕES Relator na CCJ, Rodolpho Tourinho apresenta mudanças no texto das parcerias

Brasil, em língua portuguesa e por árbitros brasileiros.

Estão ainda em pauta na CCJ, presidida por Edison Lobão (PFL-MA), outros 52 itens. Entre eles, a proposta do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que inclui entre as competências do Senado a aprovação do processo de demarcação de terras indígenas (PEC 38/99).

Projeto reduz idade para início no ensino fundamental

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, a partir das 11h, para analisar uma pauta de 16 itens, entre os quais o parecer favorável do senador José Jorge (PFL-PE) a projeto de lei de autoria do então senador Ricardo Santos que torna obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Pela atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as crianças iniciam o ensino fundamental aos sete anos.

O projeto (PLS 236/01) determina ainda que o ensino pré-escolar atenderá, também de forma gratuita, crianças de quatro a cinco anos, e não mais de quatro a seis anos. Se aprovada, a matéria segue para análise do Plenário. Caso venha a ser acolhida pela maioria dos senadores, só dependerá da assinatura do presidente da República para virar lei, uma vez que a matéria já foi aprovada pelo deputados.

Em virtude de a pauta do Senado estar trancada, a CE analisa também em decisão não terminativa parecer de Demostenes Torres (PFL-GO) a projeto de Aloizio Mercadante (PT-SP), que diminui de 18 para 16 anos de idade a classificação etária para a assistência de filmes, peças teatrais e demais obras audiovisuais (PLS 128/04). Se aprovado, o projeto vai a exame do Plenário.

Independência

Presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), a CE aprecia ainda parecer, também de Demostenes, favorável a projeto (PRS 24/04) do senador Marco Maciel (PFL-PE), que institui comissão especial destinada a definir e coordenar a execução dos eventos relativos ao bicentenário da Independência do Brasil, a serem iniciados em janeiro de 2008. A comissão será composta pelos presidentes do Senado e da Câmara e por um senador e um deputado, que representarão os estados.

O colegiado aprecia ainda parecer favorável de Marco Maciel a projeto da deputada Luíza Erundina (PSB-SP) que declara Oscar Niemeyer patrono da arquitetura brasileira (PLC 61/04).



UNIÃO Segundo Eduardo, bancada do estado direciona emendas para a Ferrovia Norte-Sul e para eclusa

Tocantins se une para conclusão de obras, diz Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) comunicou ontem, em discurso no Plenário, que a bancada do Tocantins no Congresso está unida em torno da canalização de recursos das emendas ao Orçamento de 2005 para dois projetos de infra-estrutura no estado: a Ferrovia Norte-Sul e a eclusa de Lajeado, na usina Luís Eduardo Magalhães.

Eduardo justificou a decisão dos parlamentares tocantinos argumentando que os recursos liberados para os projetos têm sido insuficientes. Segundo observou, em ritmo lento uma obra também pode ser considerada como parada.

– Nosso interesse é ver esses eixos de desenvolvimento nacional concluídos – afirmou.

Para ele, o “sacrifício fiscal e a obsessão superavitária” devem reverter em benefício também dessas obras.

Arthur Virgílio pede informações sobre o Siafi

Denúncias de manipulação dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) nos Ministérios da Cultura, do Esporte e da Integração Nacional motivaram o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) a apresentar requerimento solicitando informações à Controladoria Geral da União.

Virgílio também apresentou requerimento de informações ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre o pagamento de diárias e passagens. Outro questionamento do senador dirige-se ao Ministério do Meio Ambiente. Ele pede esclarecimentos sobre projetos que dobrariam a exportação de madeira da Amazônia.

Orçamento vota hoje destaques ao relatório

■ Na quinta-feira, a comissão realiza audiência com o secretário do Tesouro, Joaquim Levy

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realizará atividades hoje e na quinta-feira. Após receber o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, na manhã de hoje (*ver matéria na página 5*), a comissão volta a se reunir às 15h para exami-

nar destaques apresentados ao relatório parcial do Orçamento da União para 2005, já apresentado pelo relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Na reunião de quinta-feira, ocorrerá uma audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional – órgão do Ministério da Fazenda –, Joaquim Levy. A audiência será realizada às 10h e tem como objetivo atender exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. As reuniões se realizam no Plenário 2 do

Anexo Luís Eduardo Magalhães (anexo II) da Câmara dos Deputados.

Os parlamentares têm até quinta-feira para entregar emendas ao relatório preliminar de Romero Jucá ao Orçamento de 2005. As sugestões, que não estão contempladas na proposta do Executivo, podem ser apresentadas também ao Plano Plurianual (PPA) – para o período de 2004 a 2007. O prazo para a apresentação dessas propostas também se encerra na quinta-feira.



SUGESTÕES Parlamentares têm até quinta-feira para apresentar emendas ao relatório preliminar de Romero Jucá

Congresso analisa créditos para pagamento de ações trabalhistas

O Congresso Nacional terá sessão conjunta hoje, às 19h, para votar quatro projetos com autorização de créditos suplementares ao Orçamento deste ano. Dois deles são destinados ao cumprimento de decisões judiciais para pagamento de pessoal. A sessão ocorrerá no Plenário do Senado.

O primeiro, no valor de R\$ 26,4 milhões, servirá para o pa-

gamento de gratificação a policiais do ex-território do Amapá, concedida a título de isonomia com os policiais federais (PLN 80/04). Um outro, no montante de R\$ 40,6 milhões, refere-se a despesas com pessoal e encargos sociais decorrentes da isonomia de vencimentos dos servidores das carreiras de Policial Civil do extinto território de Rondônia, também com a

carreira da Polícia Federal (PLN 102/04).

Os parlamentares votam também crédito suplementar no valor de R\$ 2,4 bilhões para beneficiar diversos órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo (PLN 87/04); e outro no valor de R\$ 12,6 mil é direcionado ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério da Educação (PLN 91/04).

Comissões deliberam sobre emendas

Hoje, às 11h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deverá votar relatório do senador Paulo Octávio (PFL-DF) referente às emendas apresentadas por membros do colegiado ao Orçamento da União para 2005. Cada comissão tem direito de apresentar cinco emendas ao

Orçamento, que podem, posteriormente, ser ou não acatadas pelo relator na Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Romero Jucá.

Também hoje, às 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará reunião com o mesmo objetivo. Será votado relatório do senador

Sérgio Guerra (PSDB-PE) sobre as emendas apresentadas pelos membros do colegiado à proposta orçamentária para o próximo ano.

Os integrantes da Comissão de Legislação Participativa também deliberam sobre as emendas dos parlamentares.



CONTROLE Proposta de Capiberibe obriga a divulgação de receitas e despesas públicas pela Internet

Capiberibe pede que Câmara vote “projeto transparência”

O senador João Capiberibe (PSB-AP) fez apelo à Câmara para que aprove projeto de sua autoria que obriga os órgãos públicos nos níveis federal, estaduais e municipais a disponibilizarem suas receitas e despesas em tempo real, na Internet. Ele argumentou que, por meio do acompanhamento de receitas e despesas, será mais fácil perceber se existem desvios e desperdícios, identificando casos de incompetência e, em especial, de corrupção. O chamado “projeto transparência” já foi aprovado no Senado, por unanimidade, lembrou.

– A divulgação dos repasses de recursos públicos representa o primeiro passo para se obter o controle social do dinheiro. A clareza trará a modernização da administração, permitindo a fiscalização mais efetiva dos gastos – afirmou o senador.

Capiberibe ressaltou que a sociedade brasileira paga 40% do PIB em impostos, o mesmo percentual que se paga na Escandinávia, mas recebe serviços de qualidade ruim, como acontece na África.

Portal

O senador elogiou a iniciativa do governo de reativar o Portal Transparência, da Controladoria Geral da União, colocando o volume de recursos orçamentários repassados pelo governo federal a estados e municípios, para gastos de educação, saúde e segurança, no site www.portaltransparencia.gov.br.

Na sua administração no governo do Amapá, lembrou o senador, foi implantado sistema similar, em que os cidadãos têm acesso aos gastos governamentais. Ele citou outras iniciativas nesse sentido, como as da prefeitura de São Carlos (SP), do governo do Paraná e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

J. Freitas



RIGOR Comissão analisa projeto que prevê multa de até R\$ 1,5 milhão para quem não notificar casos da doença às autoridades

Punição para quem não combater a febre aftosa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reunirá hoje, às 11h, quando deverá votar, entre outras matérias, o parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) favorável a projeto que penaliza produtores rurais que não cumprirem normas de combate à febre aftosa. O projeto oriundo da Câmara prevê o pagamento de multa de até R\$ 1,5 milhão para quem não notificar às autoridades casos de febre aftosa ou para quem deixar de vacinar, impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas a essa doença. No caso dos agricultores familiares, a multa é menor, no máximo de R\$ 3.250 (PLC 76/04).

Outra matéria da pauta da comissão, que recebeu parecer favorável do senador Aelton Freitas (PL-MG), encaminha ao Conselho Tutelar criança que praticou ato infracional. A proposta, do senador Valmir Amaral (PMDB-DF), recebeu voto em separado pela rejeição, apresentado pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE). Ou seja, Patrícia acredita que o texto não deve ser aprovado.

O projeto de Valmir Amaral (PLS 393/03) modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente e determina que em nenhum caso uma criança que tenha cometido ato infracional será privada de sua liberdade. O

senador pretende tornar mais claros os procedimentos do Conselho Tutelar quando se trata de infração cometida por menor de 12 anos. O Conselho Tutelar é composto por membros escolhidos pela comunidade local, pessoas leigas que, no entender do senador, precisam de orientação na interpretação da lei. A matéria será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Também deverá ser analisado pela CAS requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) determinando realização de audiência pública com o médico sanitário Gastão Wagner de Sousa Campos, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, com propósito de prestar esclarecimento sobre declarações publicadas na imprensa relativas à condução das políticas de saúde públicas do ministério.

Os demais itens constantes da pauta da comissão são terminativos e, portanto, só poderão ser examinados quando a pauta do Senado for destrancada com a votação de medidas provisórias pendentes. Os projetos terminativos aprovados nas comissões seguem direto para análise da Câmara dos Deputados. Só serão examinados pelo Plenário do Senado se houver pedido nesse sentido.

■ Mais de dois terços das medidas provisórias são desnecessárias, conforme o senador

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva edite um número menor de medidas provisórias (MPs). O parlamentar citou texto escrito por Lula em fevereiro de 2001, no qual ele teria afirmado que o então presidente Fernando Henrique Cardoso queria manter as medidas provisórias porque desejava “completar seu modelo econômico subordinado ao Fundo Monetário Internacional sem submeter suas decisões ao Congresso Nacional”.

Alvaro Dias disse que o presidente Lula não deve esquecer o que escreveu, “sobretudo neste momento, em que o próprio líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), reconhece que o presidente extrapola na edição de MPs”. Para Alvaro, Mercadante erra na estatística, ao considerar que um terço das MPs seria desnecessário. Con-



ADVERTÊNCIA Segundo Alvaro Dias, Lula não deve esquecer o que escreveu sobre a edição de MPs

forme o senador do PSDB, mais de dois terços delas não preencham os requisitos de relevância e urgência exigidos.

O parlamentar quer uma mudança de atitude do presidente da República, que, em sua opinião, tem usurpado prerrogativas do Congresso Nacional.

– A postura autoritária de Lula não apenas compromete sua imagem, mas trabalha contra o processo democrático e o interesse nacional – frisou.

Homenagem

No mesmo pronunciamento, o senador homenageou o advogado René Ariel Dotti, recentemente eleito vice-presidente

da Associação Internacional de Direito Penal no 17º congresso da entidade, realizado em Pequim (China). Segundo Alvaro, trata-se de “um brilhante jurista que honra o Paraná”.

O senador leu artigo do advogado, intitulado “Quem tem medo da história”, no qual pede a abertura dos arquivos secretos da ditadura militar. O texto mostra que a Lei da Anistia “atenuou conflitos entre grupos e pessoas”, mas “não determinou silêncio da história sobre fatos políticos, econômicos e sociais relevantes”. Lembrou a morte, na semana passada, do economista Celso Furtado, cassado pelo regime militar em 1964. O advogado escreveu que “as gerações presente e futuras têm o direito de saber por que ele e outras personalidades notáveis foram banidas por atos de profundo e lamentável arbítrio”. A abertura dos arquivos, para o jurista, “não é revanchismo: é história, cultura e civilização”.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que “a clarividência e o espírito democrático” do senador Petrônio Portella “moveram o presidente (general João Batista) Figueiredo a aceitar a anistia”.

Mão Santa espera que PMDB adote postura independente

O senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu da tribuna que o PMDB “se lembre dos ideais que o nortearam durante a ditadura” e adote uma postura de independência em relação ao governo, a começar da convenção nacional do partido programada para o próximo dia 12. Ele discursou com a Medalha Ulysses Guimarães no peito, concedida pela Ordem dos Parlamentares do Brasil.

– Independência para continuar apoiando o governo Lula naquilo que estiver de acordo

com o programa do PMDB, mas para votar contra quando os projetos prejudicarem os trabalhadores – sustentou.

Mão Santa disse que recebeu a medalha, no último sábado, em São Paulo, com “um dos maiores orgulhos” de sua vida.

– Peemedebistas, inspirem-se neste momento em Ulysses Guimarães. O PMDB de Ulysses tem um projeto de governo e deve tomar atitudes para conquistar o governo, e não apenas ficar ao redor de governos – observou.



EXORTAÇÃO “Peemedebistas, inspirem-se em Ulysses Guimarães”, afirma Mão Santa

O senador foi cumprimentado pela medalha, em apertes, pelos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Paulo Paim (PT-RS), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Efraim Morais (PFL-PB).

Célio Azevedo



Meirelles expõe hoje resultados da política econômica

A política econômica do governo estará em debate hoje, a partir das 10h, quando o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles – foto –, participará de uma reunião sobre o tema, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), com re-

presentantes de três comissões da Câmara e das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado.

A presença de Meirelles no Congresso Nacional destina-se a colocar em prática dispositivo

da Lei de Responsabilidade Fiscal segundo o qual o Banco Central apresentará, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, “avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial”. Ainda

conforme a lei, a instituição deverá mostrar o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados obtidos nos balanços.

Meirelles deverá se manifestar sobre temas como a taxa de juros e a cotação do dólar.



PROPOSTA Lúcia Vânia lembra que para ajudar categoria será necessário mudar Constituição

Lúcia Vânia quer solução para agentes de saúde

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) enfatizou seu apoio às reivindicações trabalhistas dos agentes comunitários de saúde, que, no último dia 10, reuniram 8 mil desses profissionais em manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. A categoria é terceirizada pelo governo e pretende uma solução para a regularização dos vínculos empregatícios dos 200 mil atuais agentes.

Os agentes comunitários de saúde aguardam para hoje uma decisão de comissão especial do Ministério da Saúde e da Casa Civil sobre o caso, informou a senadora.

Ela lembrou que para resolver a situação dos agentes em atividade é preciso mudar a Constituição. Conforme explicou, para os futuros agentes, a única fórmula é o concurso público. Já para os agentes em atividade, ela defende proposta de emenda à Constituição (PEC) que possibilitaria um processo seletivo que os efetive sob a proteção da CLT.

Segundo Lúcia Vânia, se o governo não apresentar uma proposta concreta, estará descumprindo o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 72, assinado entre o Ministério Público do Trabalho, o Ministério da Saúde, a Casa Civil e a Advocacia Geral da União.

Jonas Pinheiro alerta para crise no agronegócio

■ Segundo o senador, a queda do dólar é um dos fatores que poderão trazer turbulência ao setor

Ao destacar que o agronegócio vem sendo responsável por sucessivos superávits na balança comercial, pelo controle da inflação e pela diminuição do desemprego, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) alertou para o período de turbulência que a atividade começa a passar. Por esse motivo, ele cobrou ontem prioridade especial para o agronegócio, sob pena de todo o esforço construído nos últimos anos para a modernização do setor ter sido em vão.

– Um agravamento dessa crise afetará, de maneira desastrosa, não somente a economia nacional e o nível de emprego, mas também as finanças públicas, devido à conseqüente redução da arrecadação. Alguns estados sofrerão ainda mais que outros os efeitos dessa cri-



PREJUÍZOS Jonas Pinheiro destaca que a economia nacional e o emprego poderão ser afetados

se, dada a dependência de sua arrecadação do agronegócio, e isso, certamente, como um efeito dominó, afetará a sociedade como um todo – afirmou Pinheiro.

Segundo o senador por Mato Grosso, três são os fatores que estão preocupando os empresários do campo. O primeiro deles é a diminuição da cotação dos produtos agrícolas no mercado internacional. O segundo é a elevação dos custos de produção, sobretudo em decorrência do aumento dos preços dos

insumos agropecuários como os fertilizantes e defensivos. O último fator é a queda do dólar e a conseqüente valorização do real.

Jonas Pinheiro informou que no dia 11 de novembro a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realizou em Cuiabá (MT) uma reunião para estabelecer o debate entre produtores e lideranças rurais de todo o país, além de representantes do poder público. Ao final do encontro, foi elaborada uma pauta de reivindicações encaminhada ao governo federal.

Entre os itens defendidos pelos produtores estão a aprovação da nova Lei de Biossegurança e da lei dos agrotóxicos genéricos, a recuperação imediata da malha viária federal, a liberação de recursos para comercialização, a prorrogação dos prazos de financiamentos rurais, a renegociação de dívidas dos agricultores com o Tesouro Nacional e a realização de negociações com os empresários do setor.



MAQUIAGEM Mozarildo afirma que não cabe comparação entre empresas de Manaus e do México

Mozarildo defende Zona Franca de críticas de TV

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) rebateu ontem críticas à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) feitas pela jornalista Miriam Leitão. No Programa *Bom Dia Brasil* transmitido pela TV Globo no dia 29 de setembro, ela fez comparações negativas entre as empresas localizadas na área da superintendência e empresas “maquiadoras” do México.

– Ao contrário do que disse a jornalista, não cabe aos empreendimentos em operação na Zona Franca a pecha de “maquiagem”, conforme se dá no México, onde existe uma arapuca que pouco, ou muito pouco, agrega valor aos produtos que importa e reexporta – disse o parlamentar, citando documento emitido pela superintendente da Suframa, Flávia Barbosa Grosso.

Mozarildo contestou o ponto de vista de que a Suframa leva à renúncia fiscal absoluta. O mesmo estado do Amazonas responderia por mais de 65% dos tributos e contribuições federais arrecadados em toda a Região Norte.

– Esse fato é uma prova cabal de que, ao menos no pólo industrial de Manaus, os incentivos fiscais têm feito, e bem, o papel de impulsionadores do desenvolvimento – afirmou.

Tião Viana comemora índices econômicos do país

O senador Tião Viana (PT-AC) comemorou os índices econômicos do país apresentados por reportagem da revista *Veja*, segundo ele bem melhores que as expectativas de um ano atrás.

– Há uma inquietação normal e democrática da oposição com a governabilidade e com a gestão pública. Preocupação, aliás, que também é da base do governo, mas os números da economia nos enchem de otimismo – disse Tião Viana.

O senador lembrou que no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva a inflação era de

dois dígitos e hoje é insignificante, prevendo-se um IPCA de 7,12%; que o crescimento previsto para os próximos dois anos era de, no máximo, 3% ao ano, e já em 2004 esperase um crescimento de 4,86%. Para Tião Viana, o governo Lula também excedeu as expectativas na geração de empregos formais, com 1,79 milhão de novos postos de trabalho e uma previsão de 2 milhões até o final do ano.

O saldo da balança comercial, de US\$ 33 bilhões, também é recorde, e o risco Brasil caiu



CRESCIMENTO Tião Viana ressalta números apresentados por reportagem da revista *Veja*

de mais de 2 mil para 450 pontos apenas.

– Temos ainda o dólar, que superou os R\$ 4, no fim do governo passado, e chegou a R\$ 2,70, sem pressionar a inflação e sem onerar os exportadores – completou Tião Viana.

Jucá destaca importância do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2003

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou a importância do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2003, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O enfoque do relatório são desafios como a concentração de renda, a corrupção e problemas que existem no comércio interna-

cional, que têm impedido a diminuição drástica ou mesmo a erradicação da pobreza no mundo, afirmou Jucá.

– As conclusões a que chega o relatório não são inéditas. Bandeiras como a universalização do ensino, a igualdade entre os sexos e a redução da mortalidade infantil há muito são defendidas por aqueles

minimamente preocupados com o tema da desigualdade social, tanto no Brasil como no contexto regional sul-americano – disse o senador.

No plano interno de cada um dos países, o relatório aborda o problema da corrupção endêmica e do favoritismo de ordem personalista. Jucá considera que as políticas comerciais dos

países ricos, abordadas no relatório, continuam a ser altamente discriminatórias em relação às exportações dos países em desenvolvimento. Para ele, a vitória do Brasil, obtida na Organização Mundial do Comércio (OMC), na questão do algodão, foi fundamental e transcendeu as fronteiras nacionais para sinalizar ao mundo as injustiças

cometidas pelos “gigantes” do livre-comércio.

Por esses motivos, Jucá acredita que a sociedade deva louvar a iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no sentido de congregar e divulgar esforços, medidas e sugestões para o combate à pobreza no mundo.



CONDIÇÃO Segundo Heloísa, comitê só admite obra para reforçar abastecimento humano e animal

Heloísa adverte governo sobre transposição do São Francisco

Às vésperas da reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) advertiu o governo federal no sentido de não promover uma fraude a partir da decisão do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco sobre a transposição de águas do rio. Embora o governo esteja divulgando o apoio do comitê a todo o projeto, a parlamentar afirma que o colegiado só admite a obra para reforçar o abastecimento para consumo humano e animal.

– Em todas as plenárias, o comitê decidiu contra o projeto de transposição, abrindo uma exceção na última, realizada em Salvador, para abastecimento humano e animal – disse.

De acordo com Heloísa Helena, apenas 2% do projeto beneficiam localidades do semi-árido nordestino, sendo que 90% buscariam viabilizar iniciativas de agricultura irrigada para exportação.

– Sabemos que existem tantas alternativas concretas, ágeis e com menor custo que não seria necessária a transposição das águas do São Francisco – frisou a senadora, atribuindo a disposição da gestão Luiz Inácio Lula da Silva de encampar o projeto como “a tara que todo governo tem de fazer grandes obras”.

Lobão: China investirá em siderúrgica no Maranhão

■ São Luís poderá receber mais duas indústrias semelhantes, em associação com coreanos e alemães

O senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou ontem a associação entre o grupo empresarial chinês Baosteel e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) a fim de implantar usina siderúrgica para a produção e exportação de placas de aço em São Luís (MA).

De acordo com o senador, o empreendimento terá capacidade de produção de 4,1 milhões de toneladas de placas em sua primeira etapa, podendo atingir 7,5 milhões de toneladas caso seja instalado um segundo alto-forno, e terá necessidade adicional de mão-de-obra numa média anual de 79,5 mil trabalhadores em toda a cadeia produtiva direta e indireta. Para isso, serão necessários investimentos da ordem de US\$ 1,4 bilhão na



CAPACIDADE Siderúrgica produzirá 4,1 milhões de toneladas de placas na primeira etapa, anuncia Lobão

primeira etapa, e mais US\$ 930 milhões na segunda etapa, o que totaliza investimentos de US\$ 2,3 bilhões.

Lobão acrescentou que não estão incluídos nesse cálculo os investimentos a serem feitos diretamente pela Vale no Porto Ponta da Madeira, no total de US\$ 207 milhões, além de outras instalações que serão construídas e operadas por terceiros, com mais US\$ 235 milhões. Segundo o senador, há a possibilidade de constru-

ção de mais duas siderúrgicas semelhantes na mesma área, fruto de associação com a empresa coreana Posco e uma empresa alemã.

O senador José Jorge (PFL-PE) lembrou que o Brasil é competitivo na área siderúrgica devido à privatização das estatais e que a China está dando um salto gigantesco no setor: “O futuro para o Brasil é preocupante. Precisamos investir mais em siderurgia e em energia”.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) observou que é o momento de o Brasil aproveitar as condições favoráveis do mercado internacional e tornar definitivas as parcerias comerciais que vem fazendo.

Edison Lobão disse que o Brasil precisa tomar precauções, pois é o maior exportador mundial de minério, mas não é um grande exportador de aço laminado. Ele creditou à agilidade administrativa da China o fato de aquele país, em poucos anos, tornar-se o maior exportador e consumidor de aço.



ÂNIMO Rodovias federais de Minas terão R\$ 600 milhões no ano que vem, destaca Aelton Freitas

Aelton comemora recursos para rodovias

Em nome da liderança do PL, o senador Aelton Freitas (MG) comemorou ontem o anúncio do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, de que em 2005 vai investir R\$ 600 milhões na malha rodoviária federal instalada em Minas Gerais. Ele disse que é correto investir predominantemente em Minas, pois a malha federal no estado é a maior, com cerca de 20% do total, integra os corredores Norte-Sul e Oeste-Leste, as principais rotas de escoamento da produção nacional.

O governo, segundo o senador, garantiu no Orçamento R\$ 3,5 bilhões para o Ministério dos Transportes. Desse montante estão previstos R\$ 321 milhões para Minas Gerais, valor que o senador espera que não seja contingenciado. Aelton informou que em breve a Casa vai votar um aditivo que destina mais R\$ 2,5 bilhões ao Ministério dos Transportes em 2005, já autorizados pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento e, com isso, Minas Gerais poderá receber mais R\$ 150 milhões.

Se esses recursos forem executados, projetos antigos do setor poderão ser realizados, afirmou, citando o anel rodoviário de Belo Horizonte, por onde trafegam milhares de veículos diariamente.

José Jorge teme que modelo energético afaste investidor

Um preço baixo a ser pago pela energia elétrica, resultante do leilão do próximo dia 7, pode inviabilizar novos investimentos no setor, conforme o senador José Jorge (PFL-PE). No leilão serão oferecidos 55 mil MW da chamada energia velha – que provém de usinas já em operação. O problema, segundo o senador, é que 80% da energia gerada estão nas mãos da União.

– Se os preços forem muito depressivos, novos investidores não se sentirão atraídos. Se o Estado resolver baixar muito o preço da energia, com

o intuito de garantir menores preços para o consumidor final, corremos o risco de gerar mercado não atrativo e criar as condições para um apagão no futuro – disse. Para agravar a situação, alertou, o governo optou por não definir preços mínimos para o leilão.

De acordo com levantamentos citados por José Jorge, o país precisa investir R\$ 13 bilhões anuais nos próximos dez anos em geração de energia elétrica.

– E como o Estado não tem capital, grande parte desse valor deverá vir de recursos privados – acentuou.



RISCO José Jorge adverte que investidores não se sentirão atraídos se preços forem depressivos

O senador também atacou a forte carga tributária incidente sobre a eletricidade.

– Outras dificuldades são as restrições de natureza legal, a fraqueza do mercado de capitais, a instabilidade econômica, o risco político e regulatório.



AVANÇO Jucá lembra que caiu à metade número de mortos em acidentes no trânsito na capital

Jucá aplaude redução de mortes no trânsito em Boa Vista

Diante da constatação do aumento acentuado do número de acidentes e mortes no trânsito, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) aplaudiu ontem os resultados obtidos pela prefeitura de Boa Vista (RR). Dados apurados pelo Departamento

Nacional de Trânsito (Denatran) apontam uma redução significativa desses números na cidade.

Segundo Romero Jucá, no período de 2002 a 2004 o número de mortes em acidentes de trânsito em Boa Vista caiu 50%,

enquanto o de acidentes com bicicletas, principal meio de transporte dos trabalhadores na região, teve uma redução de 60%. Jucá também comemorou a premiação concedida pelo Denatran à prefeitura pela melhor campanha de educação

para o trânsito em todo o país.

– Boa Vista é uma das poucas capitais, a exemplo de Brasília, que respeita a faixa de travessia para pedestres. Os carros param para o pedestre atravessar – assinalou o representante de Roraima.

Fátima Cleide elogia mostra de cinema em Porto Velho

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) registrou a realização, em Porto Velho, da 2ª Mostra Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, o Cineamazônia, entre os dias 18 e 20 deste mês. A mostra, informou a senadora, com foco no homem e no meio ambiente, teve como tema, este ano, "Biopirataria, Água e Povos da Floresta". Fátima Cleide disse que o evento foi o maior e mais bem organizado do gênero em Rondônia.

Ela destacou que os organizadores inovaram ao levar uma mostra itinerante para a população de Vila Princesa, Conab, JK e 4 de Janeiro, bairros carentes de Rondônia.

– A mostra itinerante é importante ferramenta para o despertar de uma consciência preservacionista – afirmou.

Crescimento do PT

Ao fazer uma análise dos resultados eleitorais do PT nas eleições para prefeito e vereador, Fátima Cleide ressaltou que o partido alcançou resultados surpreendentes em Rondônia, o que, em sua opinião, “derrubou a tese de que somente partidos de identidade direitista conseguem atingir os grotões do Norte e do Nordeste”.

Ela frisou que o PT apresenta uma trajetória consistente, acrescentando que a firmeza ideológica do partido promoveu uma mudança no cenário político do estado, e informou que em Porto Velho o prefeito eleito Roberto Sobrinho alcançou no segundo turno 54,3% dos votos válidos, o equivalente a 90.985 votos, números surpreendentes para a sigla na região amazônica.



APROXIMAÇÃO Ao lado de Sarney, presidente Pervez Musharraf assina livro de visitas no Salão Nobre do Senado

Sarney fala de paz com o presidente do Paquistão

Presidente do Senado manifesta desejo de que se intensifiquem relações comerciais entre os dois países

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu a visita do presidente do Paquistão, Pervez Musharraf, com quem conversou sobre a vocação pacifista do Brasil. Acompanhado dos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Aelton Freitas (PL-MG), Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Mão Santa (PMDB-PI) e Aloizio Mercadante (PT-SP), e do embaixador brasileiro em Islamabad, Fausto Godoy, Sarney falou com interesse da luta que se trava no mundo contra

o terrorismo.

O presidente do Senado manifestou ainda o desejo de que se intensifiquem as relações comerciais entre o Brasil e o Paquistão. Na agenda bilateral dessa visita, muito valorizada pela aproximação política com a América Latina, destaca-se a possibilidade de ampliação do intercâmbio comercial entre os dois países, hoje em torno de US\$ 20 milhões.

Musharraf contou a Sarney do privilégio que sentia em ser o primeiro chefe de Estado ou de governo paquistanês a visitar a América Latina. Ele disse que o Paquistão está na vanguarda do combate ao terrorismo e solidarizou-se com o Brasil por seu propósito governamental de acabar com

a fome e a pobreza.

Musharraf falou da importância da interação do seu país com o Brasil e do potencial econômico representado pelas duas nações. Afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem se encontrou pela manhã, assegurou-lhe que enviará uma delegação de representantes do governo e empresários brasileiros ao Paquistão, para avaliar a ampliação do comércio entre os dois países.

Conforme o presidente do Paquistão, seu país ainda necessita de estrutura, a ser formada a longo prazo, para superar controvérsias no campo político, mas assegurou que a intenção é normalizar as relações com a Índia.

João Ribeiro defende maior entrosamento com os EUA

Com a reeleição de George W. Bush para a Presidência dos Estados Unidos, o senador João Ribeiro (PFL-TO) defende a busca de um entrosamento maior entre os interesses daquele país e do Brasil. Na sua opinião, intensificar a cooperação e as relações comerciais em bases equitativas constituiria o primeiro passo rumo à diminuição da pobreza, da insegurança e do desequilíbrio social.

– O pragmatismo que tem pautado o diálogo governamental Brasil-Estados Unidos, sem deixar que diferenças ideológicas interfiram em nossa imensa agenda em comum, é um alento para os empreendedores privados – acredita João Ribeiro, considerando o momento “mais que propício” para o empresariado brasileiro estreitar os laços com o mercado norte-americano.

Para o parlamentar, a permanência de George W. Bush no comando dos Estados Unidos, associada ao capital político conquistado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no plano internacional, renova as expectativas de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Ainda como facilitador da aproximação de interesses entre Brasil e Estados Unidos está, segundo João Ribeiro, “a visível empatia” entre os dois chefes de Estado, “patrimônio que não pode ser desprezado”. Ele lembrou que “essa afinidade e a disposição para o trabalho em conjunto” ficaram evidentes já na primeira visita de Lula a Bush, em 2002.

Gil anuncia projeto da Ancinav para 2005

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, com quem conversou sobre a tramitação do projeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). A matéria deverá ser enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional no início do próximo ano legislativo.

No próximo dia 17 de dezem-

bro, o Conselho Superior de Cinema examinará a minuta preparada por seus membros, que não têm vínculo com o governo, conforme explicou o ministro. Ele informou que o conselho realizou 11 sessões nos últimos três meses, quando “limpou o projeto de todas as questões polêmicas”.

O ministro admitiu que o setor de televisão ainda reage à abrangência que o projeto

atribui à Ancinav, sobretudo no que se refere à regulação de algumas das suas atividades e à cobrança de taxas.

Gilberto Gil, que estava acompanhado pelo secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna, afirmou que o presidente José Sarney entende que as mudanças introduzidas irão facilitar a tramitação da matéria no Congresso Nacional.



RESULTADOS Fátima Cleide aponta crescimento do PT na eleição municipal em Rondônia



COMÉRCIO Para João Ribeiro, pragmatismo do governo é um alento para os investidores